

A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro

Evangelical Parliamentary Front: political strength at the laico brazilian state

Janine Trevisan*

Resumo

O artigo analisa a força política da Frente parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional brasileiro. Através de entrevistas realizadas com assessores e parlamentares vinculados à Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e com seus oponentes, busca compreender sua estrutura, projetos e estratégias de atuação, além do seu fortalecimento político após sua constituição em 2003, no mesmo ano em que Lula assume a presidência do Brasil. Candidato desde 1989, a eleição de Lula em 2002 realizou-se também com o apoio de lideranças evangélicas, algumas delas, inclusive, parlamentares da FPE. Ainda que composta por diferentes partidos e denominações, a Frente Parlamentar Evangélica apresenta uma estratégia e atuação conjunta e reflete o poder de mobilização dos pentecostais na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Estado laico; pentecostais; Frente Parlamentar Evangélica

Abstract

The article analyzes the political strength of the Evangelical Parliamentary Front within the Brazilian parliament, a formally secular (or *laico*, as in Portuguese)

* Doutoranda em Ciências Sociais PUC/RS com estágio de doutorado na Universidade de Ottawa – Canadá. Bolsista da CAPES. E-mail: janinebt@uol.com.br
Agradeço especialmente a Ricardo Mariano pela leitura cuidadosa, críticas e sugestões para o aprimoramento deste artigo. Qualquer imprecisão, no entanto, é de minha inteira responsabilidade.
Artigo recebido em 09/03/2013. Aprovado em 01/07/2013.

state. Through interviews with lawmakers and their advisers linked to Evangelical Parliamentary Front, as well as their opponents, it aims to understand its structure, projects and joint strategies, beyond their political empowerment after its formation in 2003, the same year that Lula assumes the presidency of Brazil. Candidate since 1989, Lula's election in 2002 was held with the support of evangelical leaders, including some members of FPE. Although composed of different parties, and denominations, the Evangelical Parliamentary Front presents a strategy and joint action and reflects the power of mobilization of Pentecostals in Brazilian society.

Key-Words: *Secular State, pentecostals, Evangelical Parliamentary Front*

Nos últimos 30 anos, o Brasil tem experienciado transformações profundas em seu sistema político. Após a transição de um período de 20 anos de ditadura militar para uma democracia, sua garantia dos direitos civis precisou ser novamente construída e negociada. Resultado do ativismo político de diversos grupos sociais antes restritos pela ditadura, a nova Carta Constitucional, elaborada por parlamentares eleitos para esta finalidade em 1986, trouxe de volta direitos sociais e políticos suprimidos pelos militares. Forças políticas divergentes passaram a ocupar e a moldar o novo cenário político do país, lutando cada qual por seus interesses específicos. Entre elas, os evangélicos pentecostais. Já em crescente expansão populacional, marcaram presença na Constituinte. Desde então, elegem vereadores, deputados estaduais, federais, senadores e, eventualmente, prefeitos e governadores. Com atuação marcada pela intervenção das lideranças religiosas, que auxiliam diretamente na indicação e eleição de candidatos, levanta o debate sobre a laicidade do Estado, e a participação da religião na esfera pública. No Congresso Nacional, a constituição de uma Frente Parlamentar Evangélica, tema principal deste artigo, demonstra a força política deste grupo, cuja atuação não pode mais ser desconsiderada das análises políticas do país.

Este artigo analisa a relação entre religião e política no Brasil a partir da visão dos bastidores do Congresso Nacional, através de

entrevistas¹ realizadas com assessores e parlamentares vinculados à Frente Parlamentar Evangélica (doravante FPE), para compreender suas dinâmicas, projetos e estratégias de atuação social e política no Estado democrático brasileiro, formal e constitucionalmente laico. Ele está organizado em duas partes. Na primeira, apresento o caso da Frente Parlamentar Evangélica, sua história, constituição, estrutura, funcionamento e fortalecimento no Congresso Nacional, bem como alguns de seus principais projetos e a forma como seus membros a percebem. Em seguida, discuto, sucintamente, o papel da FPE nas eleições presidenciais de 2010 e as negociações feitas com a presidenta Dilma Rousseff.

Desde o surgimento da bancada evangélica na Constituinte em 1986 até a formação da Frente Parlamentar em 2003, importantes lideranças pentecostais deixaram de demonizar o candidato à presidência da República, Lula, para apoiá-lo nas eleições de 2002, quando ele finalmente conseguiu se eleger. Na primeira eleição presidencial direta pós-constituinte, em 1989, como demonstram Mariano & Pierucci (1996), os pentecostais apoiaram majoritariamente o candidato Fernando Collor de Mello (PRN) contra Lula (PT), divulgando boatos persecutórios de que, caso eleito, Lula perseguiria as igrejas evangélicas, acabaria com a liberdade religiosa, concederia privilégios à Igreja Católica, instituiria um Estado comunista no Brasil. Nas eleições de 1994, os pentecostais caracterizaram-se como o grupo religioso mais adverso à candidatura de Lula (Pierucci; Prandi, 1996) e, assim como em 1989, voltaram a demonizá-lo (Mariano, Hoff, Dantas, 2006). Em 1998, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) orientou seus fiéis a não votar em candidatos do demônio², sendo Lula o

¹ Dados colhidos em pesquisa de campo no Congresso Nacional no período de 3 a 7/12/12, por meio da realização de 13 entrevistas, sete com deputados da Frente Parlamentar Evangélica e seis com assessores de deputados e senadores. Entre os deputados, há representantes dos partidos PSC, PRB, PTB, PSDB, PV E PP e das denominações evangélicas Assembleia de Deus, IURD, Igreja do Evangelho Quadrangular, Nova Vida, Sarando a Terra Ferida e O Brasil para Cristo, além de um católico. Entre os assessores, os entrevistados declararam as seguintes pertenças denominacionais: Igreja do Evangelho Quadrangular (1); Católico (1); Candomblé (1); Batista (1); Ateu (2).

² Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26079816.htm>

candidato presidencial “do demônio”, ainda que este já ensaiasse aproximações com esta denominação e declarasse sua estima e sua crença em Deus³. Com o apoio desta e de outras denominações no 2º turno das eleições de 2002, Lula (PT) foi eleito presidente. No governo, Lula conquistou novos apoios de parlamentares e líderes evangélicos.

Desde 2003, a FPE enfrenta escândalos de corrupção, mas continua a se fortalecer enquanto frente conservadora e defensora de uma moralidade cristã tradicionalista. Atualmente, dispõe de 77⁴ parlamentares, 75 deputados federais, de um total de 513, e dois senadores⁵. Ao lado da bancada católica, dispõe de força suficiente para impedir que projetos referentes ao aborto ou aos direitos civis de homossexuais sejam aprovados no Congresso. Embora composta por partidos e denominações concorrentes⁶, a Frente Parlamentar Evangélica, em certos momentos, apresenta estratégia e atuação conjunta e reflete o poder de mobilização dos pentecostais na sociedade brasileira.

³ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc21079812.htm>

⁴ Vale dizer que esse número, encontrado no momento da pesquisa de campo, pode, eventualmente, sofrer alterações. De acordo com dados coletados por Tadvald (2010) e Duarte (2011), o número de eleitos em 2010 foi de 75 deputados federais e três senadores, totalizando 78 parlamentares eleitos. O próprio site da Frente Parlamentar Evangélica (<http://www.fpebrasil.com.br/bancadaatual.htm>) apresenta 79 parlamentares, mas não está atualizado, sendo que dos 78 eleitos, cinco já saíram e cinco novos assumiram depois como suplentes. Dentre esses, um deles ficou no mandato apenas por alguns meses, de modo a totalizar 77 parlamentares à época da pesquisa.

⁵ O senador eleito Marcelo Crivella (PRB/RJ), reeleito em 2010, foi convidado em 2011 a assumir o Ministério Federal da Pesca.

⁶ Os 77 parlamentares distribuem-se em 18 denominações diferentes, a maioria delas pentecostais, e 16 partidos diferentes. As duas igrejas com maior representação parlamentar no Congresso Nacional são a Assembleia de Deus (AD) e a Batista. Ambas contam com parlamentares de diferentes partidos, ainda que a AD tenha nove dos seus 23 parlamentares filiados ao Partido Social Cristão (PSC). Além disso, a Batista conta com vários parlamentares que possuem bases eleitorais em outros movimentos sociais e que foram eleitos especialmente por sua atuação nesses movimentos e não por indicação da igreja. Das igrejas que apresentam candidaturas oficiais com maior representação na Câmara – a AD, a IURD e a Quadrangular –, todos os parlamentares da IURD estão filiados ao Partido da República Brasileira (PRB), enquanto que os parlamentares da AD e da Quadrangular distribuem-se por diferentes partidos, oito no caso da AD e três no da Quadrangular.

1. Frente Parlamentar Evangélica: constituição, estrutura e funcionamento

1.1. História, Estrutura e Funcionamento

A crise do regime militar, o início do pluripartidarismo, a redemocratização do país e a elaboração da nova Constituição Federal, em 1988, marcam a década de 1980 como um período no qual diversos grupos sociais buscam as garantias de seus direitos civis. É justamente nesse momento que observamos uma mudança de postura entre os pentecostais. Embora apoiando o regime militar, até os anos 1970 eles propagavam o slogan *crente não se mete em política* (Sylvestre, 1986; Pierucci, 1996⁷; Freston, 1993 e Mariano, 2009 e 2011), mas também *crente deve votar no governo* (Santos, 2005). Em seguida, adotariam novo slogan: *irmão vota em irmão*⁸. Baptista (2007) afirma que, a partir de meados dos anos 1980, inaugura-se, entre os pentecostais, a “era das candidaturas oficiais”. A bancada evangélica (assim passa a ser reconhecida pela imprensa) eleita para a Assembleia Nacional Constituinte em 1986 constituiu-se de 32 parlamentares evangélicos, 18 deles pentecostais (Pierucci, 1996). Uma das principais motivações das lideranças pentecostais para essa mudança de atitude e pensamento, de acordo com Freston (1994), estava relacionada ao seu próprio crescimento demográfico, juntamente com o desejo de defesa de seus interesses e à crença de que o Congresso Nacional poderia ser um local apropriado para tal investida. O temor de que a Igreja Católica retomasse seus privilégios junto ao Estado, a suposta ameaça à liberdade religiosa e a luta por seus interesses institucionais e pela moralidade cristã tradicionalista (Mariano, 2009 e 2011) também compuseram a justificativa para seu inusitado ativismo político. Mas suas pretensões não se restringiam à elaboração da Constituinte. Estava certo Pierucci quando afirmou que

⁷ Texto originalmente publicado em 1989.

⁸ Referência à obra de Josué Sylvestre (1986).

ao que parece eles vieram para o mundo da política para ficar. Não se trata de uma estratégia limitada à conjuntura privilegiada de elaboração da nova Carta Magna. Pretendem permanecer e ir além. (Pierucci, 1996, p. 177).

Segundo um dos assessores entrevistados, embora a imprensa identificasse os parlamentares evangélicos enquanto bancada desde a Constituinte, muitos deles sentiam certo embaraço em se identificarem a partir tal designação, em razão da assunção de que deveria haver bancadas “de partidos”, mas não religiosas. Todavia, tal constrangimento desaparece a partir da formação da Frente Parlamentar Evangélica em 2003. A distinção entre bancada e frente parlamentar será apontada por vários deputados entrevistados. Conforme um deles afirmou: “não há bancada evangélica, bancada é para os partidos. Somos uma frente parlamentar para a discussão de projetos comuns, o que é bem diferente.” O Ato da Mesa nº 69, de 10/11/2005, da Câmara dos Deputados, caracteriza a Frente Parlamentar como uma “associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade”⁹. Assim, considerando a exigência de um terço dos deputados para a formação de uma Frente Parlamentar, entendemos porque a Frente Parlamentar Evangélica, com 77 integrantes, não aparece na lista de Frentes Parlamentares no site da Câmara Federal. Ainda que não seja uma Frente oficial, é reconhecida enquanto força política e dispõe inclusive de um gabinete específico para o desenvolvimento das suas atividades, conforme será descrito a seguir.

A partir de 2003, cresce o número de evangélicos parlamentares eleitos. No entanto, somente o crescimento numérico não é suficiente para justificar a criação da Frente Parlamentar Evangélica. Mariano (2006) demonstra como a reação evangélica às proposições do Novo Código Civil que os afetavam uniu os parlamentares de diferentes denominações em 2003. A Constituição de uma Frente Parlamentar Evangélica, nesse mesmo ano, surgiu como uma oportunidade para a organização e atuação conjunta.

⁹ Fonte: http://www.senado.gov.br/blog/Assessoria_Imprensa/conteudo/frentes-parlamentares.asp

A formação da Frente em 2003 é vista por seus componentes como necessária para que possam influenciar mudanças mais efetivas, ampliando sua atuação para além das igrejas, estendendo-se para o conjunto da sociedade. Segundo Machado (2012, p. 75), a criação da FPE, assim como do Fórum Evangélico Nacional de Ação social e Política¹⁰, revela a crescente habilidade evangélica para mobilizar e organizar parlamentares para a defesa de interesses supradenominaçionais e suprapartidários.

A partir da criação da Frente Parlamentar Evangélica, o grupo organiza-se com presidência, coordenação e equipe de assessoria e conta com uma sala, onde realiza reuniões semanais para discussão de temas do seu interesse. Os parlamentares são divididos por temáticas, pelas quais ficam responsáveis para análise de projetos específicos sempre que necessário, com a subsequente elaboração de parecer e orientação de voto para os demais membros da FPE. Nas reuniões semanais, os assessores informam sobre os projetos em tramitação, que deverão receber análise especializada, distribuem tarefas, incluindo a elaboração de pareceres. A assessoria, que é voluntária, monitora os projetos em tramitação no Congresso nas sextas-feiras a partir das 18h, através da busca digital¹¹ por palavras-chave. Em seguida, encaminha as providências mais urgentes, que não podem esperar até a reunião da terça-feira quando, então, os projetos a serem analisados são repassados aos demais integrantes da Frente. A partir dos pareceres produzidos pelos parlamentares designados, de acordo com suas áreas de formação/especialização, a assessoria elabora discursos específicos e os distribui aos deputados participantes das comissões que os discutem para justificar seus votos. Além disso, as reuniões são utilizadas para tomar decisões e fazer encaminhamentos sobre procedimentos diversos: solicitação de requerimentos de informação, audiências, votações a favor/contra

¹⁰ Entidade em 2001 pelo Bispo Robson Rodovalho. Sediada em Brasília que busca organizar a comunidade evangélica junto à sociedade civil para demandas políticas de seus interesses e atuação nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas em todo o país.

¹¹ À época das entrevistas, em dezembro de 2012, havia cerca de 890 propostas em acompanhamento pela Frente.

projetos específicos, estratégias para interromper sessão no plenário e nas comissões¹².

Através dessas estratégias, os parlamentares evangélicos buscam revestir o argumento religioso que justifica muitos de seus posicionamentos com argumentos mais “técnicos” ou jurídicos. A defesa de seus interesses e valores não está mais amparada na Bíblia, mas na Constituição Federal. Assim, justificam seu posicionamento contra o casamento homossexual, por exemplo, não porque a Bíblia o condena, mas porque a Constituição reconhece a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar¹³. Esse argumento é questionado na medida em que a Constituição não veta a união homossexual apenas por não mencioná-la. Foi justamente essa a justificativa para a decisão do Supremo Tribunal Federal em maio de 2011, aprovando a união civil entre casais do mesmo sexo, na medida em que o artigo 226, parágrafo 3 da Constituição não define que a união estável deve ser reconhecida como entidade familiar apenas quando entre homem e mulher¹⁴. De todo modo, a formação jurídica de muitos parlamentares e assessores evangélicos os capacita a busquem brechas na lei para justificar seus posicionamentos, da mesma forma que advogados comumente fazem para defender uma determinada interpretação da lei.

Assessores e parlamentares justificam que a Frente tem como prioridade monitorar os projetos que ameaçam seus valores e interesses. Um exemplo de sua atuação refere-se ao kit anti-homofobia, proposto pelo Ministério da Educação, em março de 2011, para ser utilizado junto aos estudantes das escolas públicas. Em entrevista concedida, uma assessora relatou que a FPE reivindicou uma explicação do ministro da Educação porque, segundo ela, este afirmou que o kit não estava pronto, mas “nós estávamos com as cartilhas na mão”. Para fazer com que o ministro negociasse com

¹² Assessora afirma que empregam todas as estratégias regimentais possíveis, sempre que necessário, para defender a aprovação ou rejeição de um projeto em tramitação, conforme o entendimento de seus interesses.

¹³ Conforme artigo 226, parágrafo 3 da Constituição Federal, tantas vezes citado para justificar a inconstitucionalidade da união homossexual. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

¹⁴ Fonte: <http://jus.com.br/artigos/19086/o-stf-e-a-uniao-estavel-homoafetiva>

a Frente, parlamentares evangélicos obtiveram o apoio de algumas lideranças partidárias e, assim, ameaçaram “derrubar a sessão no plenário”, impedindo que qualquer proposta fosse votada naquela sessão. A assessora esclareceu que esses e outros “instrumentos regimentais” são usados quando julgam necessário, a fim de garantir que os interesses da Frente não sejam ameaçados.

1.2 Fortalecimento/mobilização da FPE

Assessores e parlamentares garantem que o grupo fortaleceu-se¹⁵ na atual legislatura, conquistando mais legitimidade, respeito e, conseqüentemente, espaço político. No entanto, com a eleição do deputado pastor Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em 7 de março de 2013, sua defesa do projeto sobre a “cura gay”¹⁶ e suas declarações consideradas racistas, homofóbicas¹⁷ e machistas¹⁸, e os conseqüentes protestos¹⁹ que ocorreram país a fora, a Frente Parlamentar Evangélica sofreu forte desgaste político. Parlamentares e organizações ligados às causas dos direitos humanos, feministas, homossexuais, estudantes, artistas e diversos outros segmentos sociais iniciaram uma onda de protestos contra sua indicação à presidência

¹⁵ Na legislatura 2003-2006 havia 77 parlamentares evangélicos. Na legislatura 2007-2010, o número caiu para 56 em razão do escândalo das sanguessugas.

¹⁶ Fontes: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1298045-marco-antonio-teixeira-projeto-polemico-foi-aprovado-a-sombra-de-protestos.shtml>; <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299397-protesto-contracura-gay-reune-1000-em-sao-paulo.shtml>; <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305310-lideres-da-bancada-evangelica-se-articulam-para-apresentar-novo-projeto-da-cura-gay.shtml>.

¹⁷ Fontes: <http://oglobo.globo.com/pais/pastor-marco-feliciano-reu-por-homofobia-estelionato-7778274>; <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/marco-feliciano-outro-deputado-contragays-e-negros>; <http://oglobo.globo.com/politica/deputado-federal-marco-feliciano-faz-coro-as-declaracoes-de-bolsonaro-ataca-negros-homossexuais-2802944>

¹⁸ Fonte: <http://oglobo.globo.com/pais/marco-feliciano-diz-que-direitos-das-mulheres-atingem-familia-7889259>

¹⁹ Fonte: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/politica/noticia/2013/03/marco-feliciano-emite-declaracoes-machistas-e-causa-indignacao-nas-redes-sociais-4080604.html>; <http://oglobo.globo.com/pais/entidades-partidos-reagem-eleicao-de-marco-feliciano-7770263>; <http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2013/03/21/divulgado-video-feliciano-nao-me-representa/>; <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1247667-pelo-segundo-final-de-semana-feliciano-e-alvo-de-protestos.shtml>.

da Comissão de Direitos Humanos desde que seu nome foi aventado. Depois de sua nomeação e posse, propagaram-se país afora diversos movimentos e protestos contra sua permanência na presidência da referida Comissão, desgastando a FPE, mesmo que boa parte dela não o tenha apoiado publicamente²⁰, e trazendo visibilidade aos movimentos contrários aos interesses dos evangélicos, especialmente o movimento feminista e LGBT. Ainda assim, uma assessora de liderança contrária à Frente afirma que

nenhum projeto de lei sobre aborto, direitos civis de homossexuais ou outra questão de cunho moral passa no Congresso, pois eles estão muito fortes, não numericamente, mas enquanto força política²¹.

A crença de que os evangélicos têm força política crescente no Congresso é bastante recorrente. Outro assessor reage, acreditando que, ao se culpar os evangélicos pela rejeição de determinadas propostas, se está de fato atribuindo a eles mais força do que, de fato, possuem e, com isso, concedendo-lhes efetivamente mais poder. De acordo com esse entrevistado, o Congresso, em sua maioria, é composto por “homens, machistas, brancos e conservadores”. Não são apenas os evangélicos que são conservadores, certamente. No entanto, seu poder de mobilização, dentro e fora do Congresso, tem se mostrado dos mais eficazes. Baseada em pesquisa realizada pelo PEW Research Center em 2006, Machado (2012, p. 75) afirma que o nível de confiança estabelecido com suas lideranças religiosas é 12 pontos percentuais mais alto entre os pentecostais do que a média geral dos brasileiros. Da mesma forma, pentecostais apresentam menores índices de credibilidade nas demais instituições oficiais, como o legislativo e o judiciário, por exemplo. Assim, a legitimidade depositada pelos fiéis nas suas lideranças religiosas, no momento da eleição de parlamentares pentecostais, recebe um contorno mais significativo, já que os pentecostais tendem a aceitar mais a ligação

²⁰ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1263271-deputados-evangelicos-evitam-dar-apoio-publico-a-feliciano.shtml>

²¹ Entrevista concedida em dezembro/2012.

entre religião e política do que a população em geral (Machado, 2012, p. 76).

A discussão sobre o PLC 122/2006²², atualmente, é um dos principais debates entre FPE e grupos defensores dos direitos LGBT no Senado, além do já mencionado projeto da “cura gay”. Sobre sua aprovação na Câmara, um assessor afirma que

A manobra regimental²³ que fizemos para aprovar esse projeto na Câmara em 2006, hoje não conseguimos mais, pois eles estão muito mais atentos e não deixam passar nada. Além disso, contam com o apoio da Frente da Família²⁴ que tem um monte de católicos. O Congresso todo é muito conservador.²⁵

A estruturação orgânica da FPE é resultado e, ao mesmo tempo, causa de sua mobilização e fortalecimento enquanto grupo político. Ainda que muitos parlamentares evangélicos sejam efetivamente líderes de suas denominações religiosas, pastores e bispos, cresce entre alguns integrantes da Frente o discurso de que, nas palavras de assessora entrevistada, “hoje a igreja escolhe seus representantes para enviar ao Congresso por sua qualificação profissional. Antes a igreja enviava o pastor mais santo, e isso trouxe problemas”. Machado (2012, p. 80) sugere uma preferência, por parte das igrejas, por candidatos que sejam atuantes na sua denominação enquanto liderança religiosa, para garantir o controle e o benefício a partir da atividade parlamentar. Pelo menos 11 parlamentares foram

²² O PLC 122/2006 propõe a criminalização da homofobia, através da inclusão do termo “orientação sexual” no rol de discriminações arroladas na Lei 7.716/89, conhecida como “lei do racismo”, que foi aprovada na Câmara dos Deputados em 2006. Desde então, está em tramitação no Senado Federal, alvo de intensos confrontos entre a Frente Parlamentar Evangélica e os movimentos LGBT.

²³ A manobra regimental citada refere-se à votação de projetos em bloco em uma sessão em uma quinta-feira à tarde, quando boa parte dos parlamentares já não estava mais em Brasília. Ainda assim, trata-se de uma possibilidade legal, sempre que realizada com o quórum mínimo de deputados. Depois disso, no entanto, o entrevistado afirmou que a bancada evangélica ficou muito mais atenta e que, por isso, atualmente não conseguiriam repetir tal proeza.

²⁴ Frente Parlamentar em Defesa da Família, que une católicos e evangélicos, atualmente com 34 deputados e um assessor evangélicos, de um total de 169 deputados e 26 senadores da Frente.

²⁵ Entrevista realizada em 06/12/12 com assessor de parlamentar que defende o PLC 122/2006.

identificados como pastores, bispos ou missionários de suas igrejas à época da pesquisa de campo, mas esse número pode ser maior.

Os problemas mencionados pela assessora referem-se aos escândalos de corrupção que, segundo ela, “não foi desonestidade, mas pura burrice”. Em sua visão, os deputados envolvidos, em sua grande maioria, não estavam preparados para a administração pública, não tinham conhecimento sobre leis ordinárias, licitação. Por isso, ficavam à mercê dos partidos e, muitas vezes, de assessores de má fé. Atualmente, segundo ela, isso mudou, pois a bancada está “mais qualificada”. Assim, na sua avaliação, a igreja não escolhe mais o seu melhor pastor, mas o melhor profissional dentre os crentes para representá-los, o mais qualificado, o “mais inteligente”, de modo a qualificar a bancada. Segundo Machado (2012, p. 76), desde as eleições de 1988, os partidos políticos têm demonstrado crescente interesse nos pentecostais, através do incentivo à filiação partidária de lideranças religiosas, o que termina favorecendo não somente a entrada desses religiosos na política, mas também na direção dos partidos.

Estudos recentes (Machado, 2006 e 2012; Oro, 2001 e 2004; Baptista, 2007) sugerem que grande parte dos políticos evangélicos provém dos mesmos meios socialmente vulneráveis que os membros de suas igrejas. Além disso, seu engajamento em movimentos sociais, sindicatos ou partidos políticos são frágeis e recentes, na medida em que boa parte deles iniciou sua participação política através de ações de suas igrejas. Casos como o da deputada Rosinha da Adefal (PT do B/AL), deficiente física e evangélica que se elegeu pela sua atuação no movimento de deficientes que representa, são citados pelos parlamentares da Frente para demonstrar como a igreja apóia fiéis inseridos em outros segmentos sociais, representantes evangélicos que são profissionais em suas áreas, advogados, dentistas, comunicadores, etc. São evangélicos, mas não são pastores nem mesmo fiéis indicados pelas igrejas. Por terem atuação em outros segmentos, conseguem uma legitimação social maior. Por serem evangélicos, defendem também esses interesses específicos.

Parlamentares evangélicos que não foram eleitos por indicação das igrejas relatam que foram procurados pela FPE e aceitaram sua

inclusão na Frente. Porém, a cobrança para que sigam as orientações de voto da FPE não é igualmente bem recebida por todos esses parlamentares. É importante salientar que, embora a mídia muitas vezes coloque todos os parlamentares evangélicos como um bloco coeso, há aqueles que preferem não misturar sua fé com a política e reclamam da cobrança que recebem, não somente da Frente, como também da sociedade em geral, das igrejas.

Não são muitos, mas identifiquei casos de parlamentares que foram procurados pela Frente por serem evangélicos, aceitaram sua inclusão na Frente, mas, ao mesmo tempo, nunca ou pouco participam das reuniões da Frente e criticam a mistura entre religião e política no Congresso Nacional, assim como as campanhas nas igrejas. A deputada federal evangélica Andreia Zito (PSDB/RJ), por exemplo, embora tenha concordado com a inclusão de seu nome na Frente Parlamentar Evangélica, diz que não participa das reuniões e critica a interferência da religião na política. Afirmo sentir-se incomodada com a realização de campanhas eleitorais nos templos e ter-se afastado da igreja que frequentava por ocasião de sua primeira candidatura para que não pensassem que ela ia aos cultos para pedir votos. Justifica sua saída da igreja Maranata porque “lá faziam campanha” e ela não se sentia bem com isso. Na igreja Nova Vida, em que está agora, valoriza que a tratem apenas como “a Andreia” e não como “a deputada Andreia”. Ainda assim, diz que é muito cobrada por ser evangélica, para que vote conforme as diretrizes e valores esperados de uma seguidora de tal confissão de fé.

Com relação à assessoria dos parlamentares evangélicos, há relatos também de mudança no perfil, mesmo que estes não sejam homogêneos. O discurso da qualificação, no entanto, revela que antes os parlamentares evangélicos tinham “um gabinete muito crente”, que, no entanto, se encontra atualmente mais diversificado, na medida em que conta também com assessores técnicos, não necessariamente crentes. Embora esse discurso prepondere, a maior parte dos assessores com quem conversei ou mesmo entrevistei eram de alguma forma ligados ao segmento evangélico. Um assessor declarou-se católico, mas defendeu o mesmo discurso moral dos demais evangélicos entrevistados.

Talvez a diferença apontada revele que, como pude perceber em contato com os gabinetes, a maior parte dos assessores não era apenas evangélica, mas possuía alguma formação técnica ou mesmo acadêmica relevante, especialmente na área do Direito, o que possibilita o domínio e a utilização desta linguagem. Esse novo perfil tem permitido, como já mencionado, que a Frente Parlamentar Evangélica adicione argumentos jurídicos, por exemplo, aos seus pareceres, de modo a reforçar a importância do estado laico e da não justificativa religiosa para suas opiniões.

1.3 Laicidade e religião no Congresso Nacional

O sociólogo mexicano Roberto Blancarte (2008, p. 19) define a laicidade como “um regime social de convivência, cujas instituições políticas estão legitimadas principalmente pela soberania popular e já não mais por elementos religiosos”. Mas o que é a soberania popular, senão o respeito à vontade do povo em respeito ao bem comum? E como pensá-la quando o próprio povo mostra-se religioso, quando o próprio cidadão é crente? Como definir os limites entre a imposição da liderança de uma igreja e a sua representação legítima de cidadãos crentes? Para Blancarte,

a laicidade, assim como a democracia, é mais um processo do que uma forma fixa ou acabada em forma definitiva. Da mesma forma que não existe um estado absolutamente democrático, também não existe um sistema político total e definitivamente laico. (Blancarte, 2008, p. 20).

A socióloga francesa Danièle Hervieu-Léger (2009) define o estado laico como aquele em que “as autoridades religiosas não fazem parte da regulação da vida pública, e que a elaboração do Direito é responsabilidade apenas do poder público”, o que impediria as instituições religiosas de orientar seus fiéis a práticas e comportamentos contrários às leis. Conforme demonstra Machado (2012, p. 82), no caso do Brasil a pressão das igrejas e a intensa participação de lideranças religiosas no poder público revelam as dificuldades de implementação desses princípios.

De maneira unânime, todos os entrevistados manifestaram-se a favor do Estado laico. Mariano (2011, p. 253) afirma que “grupos laicos e religiosos têm acionado e concebido divergentes sentidos de laicidade”. Alguns parlamentares da FPE, de fato, demonstraram divergências com relação à concepção de laicidade, reiterando a polissemia deste conceito. Um deles declarou: “sou a favor do estado laico, não laicista”. Questionado sobre o que laicista significava, a resposta: “ateu, um estado laico sim, laicista ateu, não”.

De acordo com este entendimento, um estado laico deve permitir todas as formas de manifestação religiosa, o que os legitima para, uma vez eleitos, representarem politicamente seu segmento religioso. De outro lado, assessores entrevistados críticos à FPE também defendem o estado laico e acusam os parlamentares da FPE de desrespeitá-lo, na medida em que, nas palavras de um deles, “querem impor seus valores religiosos para o conjunto da população”. Referem-se às restrições que esse grupo religioso impõe à aprovação de políticas públicas contrárias às suas crenças, como as de descriminalização do aborto, direitos civis para homossexuais e outras questões de cunho moral.

Há um dilema posto aqui. Blancarte reconhece que, mesmo em um estado laico,

a moral pública não pode estar totalmente secularizada, à medida que as religiões formam parte essencial da cultura dos povos. Os legisladores e funcionários públicos estão influenciados em sua visão de mundo pelas suas respectivas religiões e cosmovisões. Mas há dois aspectos que modificam completamente a definição desta moral pública em uma sociedade secularizada e em um Estado laico: 1) em virtude do crescente papel da liberdade de consciência, a moral já não pode estar definida por uma hierarquia e sua interpretação da doutrina; 2) os legisladores e funcionários públicos, mesmo que tenham suas crenças pessoais (religiosas ou de outro tipo), não devem nem podem impô-las à população. Devem responder essencialmente ao interesse público, que pode ser distinto de suas crenças pessoais. Legisladores e funcionários públicos não estão em seus cargos a título pessoal e devem, mesmo que ainda tenham direito a ter suas próprias convicções, primar pelo interesse público em suas funções e responsabilidades (Blancarte, 2008, p. 27).

Outro aspecto que pode ser considerado como responsável pelo fortalecimento da FPE refere-se à mobilização iniciada através das “Jornadas Nacionais em defesa da vida e da família”. Segundo assessores e parlamentares, a ideia surgiu como estratégia para aproximar a sociedade dos debates na Câmara dos Deputados e, na fala de um deles, para ajudar “a construir a legislação, interagindo, pressionando”. Então, em 2007, iniciaram essa incursão do Congresso em direção aos municípios para apresentar seus argumentos e projetos e, através disso, tentar angariar apoio da sociedade, na verdade, dos fiéis de suas igrejas. Entendem que a FPE deve exercer também um papel de politização das igrejas, o que acontece através de caravanas conduzidas por parlamentares da Frente em diversas cidades do país. Nessa ocasião, em reuniões com pastores, cada parlamentar expõe um assunto específico, por exemplo, aborto, infanticídio indígena, pedofilia, casamento homossexual, etc. Dessa forma, acreditam que estão suprindo os pastores com os elementos necessários para o envolvimento dos fiéis nos temas em questão, seu consequente convencimento da gravidade de alguns pontos e da importância de se eleger parlamentares que os possam representar no Congresso lutando para que os projetos que, no seu entendimento, atentam contra a vida, a família e os bons costumes, não sejam aprovados.

Blancarte (2008, p. 28) destaca a necessidade de se distinguir cidadãos de crentes. Para este autor, um dos maiores riscos da democracia consiste na possível coincidência entre liderança religiosa e liderança política. No caso brasileiro, como aponta a pesquisa de Oro (2003), a liderança religiosa, uma vez elevada à liderança política, passa a representar o crente enquanto cidadão e, muitas vezes, oportuniza a única forma de participação política de que esse cidadão conhece, mesmo que essa participação possa vir a ser contestada em seu mérito. Assim, embora fortemente influenciados por suas lideranças religiosas, os crentes estão experimentando um nível de participação política nunca antes registrado e em crescente expansão. Como demonstra Bohn (2004), evangélicos, especialmente os pentecostais, estão mais expostos às lideranças religiosas e têm seus valores construídos e sedimentados a partir de tais influências, diferentemente de outros grupos religiosos, como católicos e espíritas,

por exemplo, que as constroem a partir de outras referências, como a leitura de jornais e conversas com amigos. Além disso, conforme Mariano (2011, p. 248), “o pentecostalismo tende a demandar laços exclusivos de seus adeptos”.

Blancarte argumenta que em um estado laico todos aqueles que defendem os direitos sexuais e reprodutivos (no caso aqui estudado, o movimento LGBT) têm

a obrigação de recordar de maneira permanente aos legisladores e funcionários públicos que seu papel não é de impor políticas públicas a partir de suas crenças pessoais, senão o de levar a cabo suas funções de acordo com o interesse público, definido pela vontade popular da maioria, sem excluir os direitos das minorias. A defesa do Estado laico é essencial para a defesa de liberdades civis nas quais estão inseridos os direitos sexuais e reprodutivos. (Blancarte, 2008, p. 27).

Embora Blancarte defina claramente o interesse público como “vontade popular da maioria, sem excluir os direitos das minorias”, na prática essa definição não é facilmente resolvida, especialmente o intuito de preservar os direitos das minorias. Em se tratando de um estado democrático, grupos com diferentes concepções convivem em disputa por espaço e poder. Desse modo, o interesse público pode ser o interesse da maioria, mas não será da totalidade, não será homogêneo. Nesse aspecto, assegurar os direitos das minorias pode ser tarefa difícil, complexa. O jogo democrático dá-se por correlação de forças que disputam poder no cenário político a partir das regras vigentes no sistema político em questão. No caso brasileiro, as estratégias utilizadas pela FPE são legais do ponto de vista do regimento interno do Congresso Nacional. E, muitas vezes, a defesa de interesses do seu público (evangélico) apresenta-se contra os direitos de minorias (homossexuais, por exemplo). A discussão de mérito dessa questão não é tarefa desse artigo, apenas a análise das idiosincrasias da participação de grupos religiosos no jogo político democrático em um estado considerado laico como o brasileiro.

A disputa em torno dessas questões tem mostrado crescente relevância nas disputas eleitorais majoritárias no país. Dada a necessidade de apoios diversos que candidatos à presidência precisam

angariar para se eleger, juntamente com o crescimento demográfico e político desses grupos religiosos, os debates em relação à descriminalização do aborto, ao casamento e aos direitos civis de homossexuais, entre outros, têm ganhado destaque nas campanhas e exigido posicionamento explícito dos candidatos. A próxima seção traz elementos da participação da FPE e das lideranças religiosas nas eleições presidenciais de 2010.

2. Frente Parlamentar Evangélica e eleições 2010

A relação da FPE com as eleições presidenciais de 2010 é enfatizada por assessores e parlamentares evangélicos e também por seus oponentes. Embora a filiação partidária seja um fator que impeça que a FPE enquanto grupo se posicione de forma uniforme com relação a um candidato ou outro, o que de fato impediu qualquer declaração de apoio por parte da FPE, as lideranças religiosas o fizeram, com apoio dos parlamentares que as representam.

É bastante consensual entre os entrevistados a ideia de que esse movimento todo de fortalecimento da FPE e de envolvimento com a sociedade através das Jornadas em Defesa da Vida e da Família auxiliou de fato no resultado eleitoral de 2010, não somente no âmbito legislativo, mas também na disputa presidencial, especialmente no que se refere ao desempenho dos candidatos José Serra (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV).

De modo geral, a FPE atribui à discussão de seus temas morais na campanha presidencial de 2010 um peso eleitoral maior do que realmente teve. Não dá para negar que, desde o final do primeiro turno, mas especialmente durante o segundo turno, as campanhas voltaram-se para questões religiosas mais do que em eleições anteriores. Mas dizer que isso realmente definiu os rumos da eleição pode ser um exagero. Cervilline (2011) demonstra a existência do desejo de continuidade, entre os eleitores, das políticas federais instituídas pelo governo Lula, nos planos econômico e social. Assim, embora muitas lideranças evangélicas tivessem resistências ao apoio dado à candidata Dilma, a aproximação com Lula e seus programas

sociais desde 2002 parecia também contar para os fiéis, o que foi necessário considerar:

Aí no 2º turno (2010) entre Serra e Dilma, os segmentos mais pobres da igreja evangélica, que foram mais beneficiados com as políticas públicas fecharam com Dilma. Como é que eu vou dizer para um crente lá no interior do Amapá que recebe o bolsa família que não vote em Dilma? O cara está sendo beneficiado.²⁶

Os benefícios sociais e econômicos auferidos pelos fiéis de fato pesaram na escolha de seus candidatos, algo que as igrejas não podiam ignorar. Assim, quando as Igrejas se posicionam contra o candidato da situação, que está concedendo melhorias sociais, acabam colocando o fiel em um dilema, a saber, a necessidade de decidir entre aquele que o beneficia diretamente e aquele que sua igreja entende como melhor opção, que podem nem sempre ser coincidentes.

Através da análise dos resultados de pesquisas conduzidas pelo Ibope no período eleitoral, Cervilline (2011) demonstra clara associação entre as intenções de voto em Dilma e a aprovação do governo Lula, em razão do reconhecimento dos benefícios de sua política econômica e de seus programas sociais. Entre junho e julho de 2010, antes do início da campanha eleitoral, 49% dos eleitores que avaliavam o governo Lula como bom ou ótimo declararam intenção de votar em Dilma. Em 16 de setembro, esse índice sobe para 61%. Com relação aos beneficiários do bolsa-família, 43% manifestaram intenção de votar em Dilma entre junho e julho de 2010, e 69% na coleta de setembro (Cervilline, 2011).

No dia 11 de setembro de 2010, a revista *Veja* denunciou que o filho da então ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, estava envolvido em tráfico de influência, que favorecia sua empresa de aviação. A ministra acabou deixando o cargo, mas o escândalo pouca interferência teve nas intenções de voto. Uma pesquisa do Ibope demonstrou que 52% dos eleitores não tinha opinião formada sobre o assunto. Tudo parecia indicar, assim, uma vitória de Dilma

²⁶ Entrevista realizada com assessora da Frente Parlamentar Evangélica.

ainda no primeiro turno, mas ao longo da segunda quinzena de setembro, as intenções de voto em Dilma caem da mesma forma que as intenções de voto em Marina crescem (Cervillini, 2011). No entanto, considerando diversos cruzamentos como gênero, escolaridade e região, o único que apresenta queda significativa nas intenções de voto em Dilma nas últimas semanas de campanha do 1º turno é o cruzamento por religião. Entre os evangélicos, as intenções de voto em Dilma caíram de 49% em 26 de agosto para 47% em 2 de setembro e para 42% em 16 do mesmo mês, registrando queda de 5 pontos percentuais em duas semanas. Esse período coincide justamente com aquele do acirramento das polêmicas sobre os posicionamentos de Dilma com relação ao aborto, especialmente na internet. Ao mesmo tempo, a rejeição de Dilma sobe, inicialmente, entre os evangélicos, e, em seguida, entre os católicos.

No segundo turno da campanha, o tema do aborto e as preocupações com relação à conquista do voto religioso ganham ainda mais destaque. As lideranças religiosas, muitas ligadas diretamente a parlamentares da FPE, sabendo que muitos de seus fiéis votariam em Dilma, em razão dos benefícios recebidos, trataram de garantir que tal candidata, uma vez eleita, estivesse alinhada às reivindicações dos evangélicos. Denúncias de que Dilma era favorável à descriminalização do aborto, por exemplo, eram lançadas através do resgate de declarações que a candidata fez em 2007 (ao jornal Folha de S. Paulo²⁷) e em 2009 (à revista Marie Claire²⁸), defendendo o tratamento do aborto enquanto problema de saúde pública no país. Além disso, alguns temas do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH III), lançado pelo governo Lula em 2009, como a própria descriminalização do aborto, a regulamentação das casas de prostituição, o casamento homossexual, caracterizaram o ponto de partida para a formação de um movimento a favor da preservação da vida, liderado pelas igrejas católica e evangélica, mas também com participação de entidades espíritas.

²⁷ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/videocasts/ult10038u333958.shtml>

²⁸ Ver: <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI175873-17735-3,00-A+MULHER+DO+PRESIDENTE+CONFIRA+A+ENTREVISTA+QUE+DILMA+ROUSS+EFF+CONCEDEU+A+M.html>

Com a realização das já mencionadas Jornadas, iniciadas em 2007, os parlamentares levam discussões sobre aborto, casamento homossexual, pedofilia, educação para dentro das igrejas. A discussão desses temas entre os fiéis parte da apresentação do ponto de vista apresentado pela FPE. Esse envolvimento promoveu também o aumento da militância religiosa jovem. Assim, passeatas de jovens contra a maconha, marchas para Jesus e outras mobilizações são citadas como exemplos de demonstração do maior envolvimento da sociedade, especialmente da juventude, em assuntos que estão em debate no Congresso Nacional. Ainda que tal envolvimento seja apenas de uma parte da sociedade, ou seja, dos fiéis de um segmento religioso – os evangélicos, em grande maioria, pentecostais –, os parlamentares da FPE e suas respectivas igrejas ganham apoio dos fiéis para suas causas, e a igreja amplia suas perspectivas de atuação na sociedade, trazendo dinamismo para os deputados e fortalecendo suas possibilidades de reeleição. Além disso, esse envolvimento estimula a candidatura de outros fiéis, com bandeiras próprias e/ou de suas igrejas. Tal resultado é comemorado: “a gente começa a chegar naquilo que a gente queria, fazer a diferença, ajudar a construir uma nação diferente”.²⁹

A ideia de um projeto de “construção de uma nação diferente”, conforme defendido por parlamentares e assessores da FPE, aponta para um projeto político maior do que a simples representação de um segmento social – o dos evangélicos pentecostais. Tal feito pode ser percebido também com a criação da Frente Parlamentar da Família, em 2006. De acordo com assessora da FPE, o trabalho de católicos e evangélicos no Congresso até 2006 era efetuado separadamente, ainda que muitas vezes lutassem pelos mesmos temas. Relata o caso do PL 1135/91, de autoria do deputado Eduardo Jorge (PT em 1991), como o mais antigo projeto sobre aborto no Congresso e que, desde então, os evangélicos vêm impedindo sua aprovação. Em 2005, a diferença de um voto apenas levou os evangélicos a perceberem que poderiam perder a votação no ano seguinte e, para contar com o apoio dos católicos, criaram a Frente Parlamentar da Família e

²⁹ Assessora da Frente Parlamentar Evangélica, em entrevista concedida em dezembro de 2012.

apoio à vida, atualmente presidida pela evangélica Fátima Pelaes (PMDB/AP), unindo parlamentares evangélicos e católicos. Atuam em conjunto com a Frente Parlamentar Mista em defesa da vida – contra o aborto, presidida de 2007 a 2010 pelo deputado espírita Luis Bassuma, à época filiado ao PT, depois ao PV e atualmente presidida pelo deputado católico carismático Salvador Zimbaldi (PDT/SP).

Segundo avaliação de assessora da FPE, a mobilização decorrente da realização dessas jornadas dos parlamentares nos municípios, a atuação conjunta com católicos e os movimentos organizados pró-vida, aliados ao recente caso dos processos sofridos por dois parlamentares vinculados ao PT, em decorrência de seu posicionamento contra o aborto e que resultou em mudança partidária, culminaram no resultado eleitoral da presidenta Dilma Rousseff em 2010. Pesquisas de intenção de voto, no entanto, sugerem que o fator religião pouco influenciou sobre o comportamento do eleitor, apesar dos esforços das lideranças religiosas e da importância que determinados temas assumiram, pautando a agenda das campanhas, como a descriminalização do aborto, o casamento homossexual e a liberdade religiosa, mostrando sua força política de, pelo menos, trazer tais discussões à ordem do dia e exigir posicionamento dos candidatos.

Fato é que Dilma Rousseff e José Serra, especialmente no segundo turno, entraram no jogo imposto pelos evangélicos e trataram de firmar suas posições, buscando angariar o apoio de lideranças religiosas e utilizando-se dos parlamentares da FPE, que aproveitavam também a situação colocada para impor suas condições em troca de seus apoios políticos. Nesse momento, através de negociações com parlamentares da FPE e das lideranças religiosas, são definidos os termos dos compromissos firmados por Dilma para receber seus apoios. Embora a FPE, por ser composta por parlamentares de diferentes partidos, não pudesse apoiar oficialmente nenhum candidato, passando tal decisão às lideranças evangélicas, alguns parlamentares como o bispo Robson Rodovalho³⁰,

³⁰ Eleito deputado federal em 2006 pelo PFL (depois DEM), abandonou o DEM em 2009 para filiar-se ao PP. Perdeu o mandato em agosto de 2010 por infidelidade partidária.

o senador Magno Malta (PR/ES) e o pastor Marco Feliciano³¹ o fizeram e assim desempenharam papel importante na campanha da candidata Dilma Rousseff (PT). Segundo a assessora, foram eles que negociaram com o PT a “fatura” que tinham a apresentar. Tratava-se dos compromissos que a candidata Dilma Rousseff teria que assumir para receber o apoio dos evangélicos: entre outros, de não protagonizar nenhum projeto com relação ao aborto, além da questão da homofobia ser discutida com a atenção requerida por eles. Dilma assinou então uma carta³² de compromissos durante o 2º turno das eleições, o que garantiu, segundo parlamentares e assessores, a respeitabilidade durante seu mandato:

Dilma nos surpreende, ela surpreende a Igreja Evangélica. Com relação à carta de princípios, ela tem cumprido com tudo. Nós não podemos reclamar de nada. Existe hoje admiração à Dilma, a bancada evangélica tem uma admiração e um respeito, toda vez que a gente vai para um embate que envolve a presidente Dilma a gente vai com respeito, nós questionamos mais o PT do que ela, acho que não dá para ver muito Dilma PT.³³

Considerações finais

A Frente Parlamentar Evangélica abriga parlamentares de diferentes igrejas e de diferentes partidos que se unem em torno de temas de seu interesse, normalmente propostas de cunho moral, ou ainda quando há interesses institucionais de suas igrejas. Esses temas morais muitas vezes ultrapassam seus próprios interesses partidários. Além disso, a força política de mobilização das igrejas que os apoiam tem se mostrado crescente, envolvendo seus fiéis em manifestações

³¹ O Pastor Marco Feliciano foi eleito deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC) pelo estado de São Paulo em 2010, com 212 mil votos, sendo o deputado evangélico mais votado do país. Fonte: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/04/02/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-marco-feliciano-a-folha-e-ao-uol.htm>

³² Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,em-carta-dilma-assina-compromisso-contra-o-aborto,625257,0.htm> Acesso em 24/11/2012

³³ Entrevista realizada em dezembro de 2012 com assessora voluntária da FPE.

como Marchas para Jesus³⁴, bem como marchas específicas³⁵ contra projetos que entendem nocivos para a sociedade, como o PLC 122/2006 e a aprovação da união civil homossexual pelo judiciário. Todas essas manifestações só surtem algum tipo de efeito dentro do Congresso Nacional em razão da própria característica conservadora do Congresso como um todo, e da sociedade que o elege, não apenas do poder da Frente Parlamentar Evangélica.

Fato é que a força política dos grupos religiosos, especialmente os pentecostais, tem se mostrado crescente no cenário político brasileiro. Conforme Mariano (2011, p. 251), “essa ligação estreita entre religião e política constitui, por certo, poderoso obstáculo à laicização da esfera pública no Brasil”. Essa atuação não tende a esmorecer. Pelo contrário, retomando as palavras de Pierucci (1996), seu projeto é de ir além, aumentando seu poder de influência na elaboração de políticas públicas, não somente para o segmento religioso que mobiliza, mas para a sociedade como um todo.

A distinção propagada por Blancarte entre crentes e cidadãos remete à discussão sobre a participação da religião na esfera pública. Ao invés de pressupor a necessária distinção entre crentes e cidadãos, no entanto, seria possível garantir aos crentes o exercício da sua cidadania? Ou ainda, o respeito às diferentes crenças dos cidadãos brasileiros? Qual seria o papel do estado laico?

Vale destacar o poder de mobilização que os parlamentares evangélicos parecem exercer sobre seus fiéis e no próprio Congresso Nacional. Tal fortalecimento pode ser apontado especialmente por dois fatores, de alguma forma, conectados entre si. Em primeiro lugar, uma mudança no perfil dos candidatos lançados/apoiados pelas igrejas. Em segundo lugar, a “politização” proposta pelos parlamentares através das “Jornadas Nacionais em defesa da vida e da família”.

Considerando o temor das igrejas evangélicas com relação ao PT, de 1989 até 2002, quando então parte de suas lideranças

³⁴ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303705-marcha-vira-ato-de-desagravo-a-felciano-e-publico-vaia-dilma.shtml>

³⁵ Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1289359-entidades-religiosas-farao-marcha-contra-aborto-e-uniao-gay.shtml>

passa a apoiar Lula, o fato é que, para além das questões morais de projetos de descriminalização do aborto, garantia de direitos civis a população LGBT, entre outros, o PT, de modo geral, não representa mais a mesma ameaça que representava outrora ao povo evangélico, o demônio não se mostrou por lá, igrejas não foram fechadas, a liberdade religiosa não foi cerceada. Isso não significa que não existam ainda restrições ao PT por parte dos evangélicos. No entanto, o PT, pelo menos no âmbito do executivo federal, apresentou-se como um partido disposto a fazer alianças com os evangélicos. Há conflitos resultantes do fato de que muitos dos projetos rejeitados pelos evangélicos são de autoria de parlamentares petistas, como no caso do kit anti-homofobia, lançado pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad, assim como o próprio PLC 122/2006, historicamente apresentado e defendido por parlamentares petistas.

As bandeiras próprias dos parlamentares petistas que, historicamente foram acolhidas por seu partido, estão fora do alcance das influências dos evangélicos. Resta a pressão ao governo federal, com a qual conseguem impor suas exigências em troca de apoio político. Assim foi com o governo Lula em 2002 e em 2006 e, de forma muito mais expressiva, com a candidatura de Dilma em 2010. Até o momento, o governo Dilma tem cumprido com suas promessas aos evangélicos, por isso o sentimento expresso de que é confiável. Obviamente há resistências, os casos de embates entre parlamentares da FPE com o ministro da Educação do governo Dilma (caso do kit anti-homofobia), bem como o ocorrido com a ministra de políticas para as mulheres (que se declarou favorável ao aborto) são alguns exemplos. De toda forma, no final, o governo Dilma tem cedido às pressões dos evangélicos e recuado em suas proposições que, de alguma forma, os confronta. Poderia haver estratégia mais bem-sucedida do que “unir-se ao inimigo” na impossibilidade de vencê-lo? Ofertando-lhe apoio e cobrando a fatura, impede ainda que projetos considerados nocivos possam vir do mais alto escalão da política nacional. Assim, o que pode representar vergonha e constrangimento para muitos petistas saudosistas dos velhos tempos

de oposição, revela-se ao mesmo tempo em alívio e tranquilidade para seus aliados evangélicos.

A discussão sobre a legitimidade ou pertinência da participação religiosa na esfera pública envolve opiniões diversas entre grupos religiosos e seculares. Casanova (2006, p. 20) acredita que não há razão plausível, nem por motivos democráticos ou mesmo liberais, para banir a religião da esfera pública, na medida em que

Cercear o “livre exercício da religião” em si leva a cercear o livre exercício de direitos civis e políticos de cidadãos religiosos, o que leva a infringir a vitalidade da sociedade democrática civil. Alguns discursos religiosos particulares ou mesmo práticas religiosas particulares podem ser suscetíveis à proibição legal em alguns contextos democráticos ou liberais, mas não por serem “religiosos” em si (Casanova, 2006, p. 20)³⁶.

No Brasil, os grupos religiosos já perceberam a importância da utilização de argumentos jurídicos, mais aceitos e legítimos em um estado democrático laico, do que seus argumentos religiosos baseados na Bíblia. Ainda assim, a presença de pastores e outras lideranças evangélicas enquanto parlamentares parecem guiar os movimentos da Frente Parlamentar Evangélica e sua articulação dentro e fora do Congresso Nacional.

Referências Bibliográficas

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: A presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006). Tese (Doutorado em Ciências da Religião), UMESP, São Bernardo do Campo, 2007.

BLANCARTE, Roberto. Discriminación por motivos religiosos y Estado Laico: elementos para uma discusión. *Estudios sociológicos*, v. XXI, n.62, 2003, p.279-307.

³⁶ Minha tradução a partir do original em inglês: Curtailing the “free exercise of religion” per se must lead to curtailing the free exercise of the civil and political rights of religious citizens and will ultimately infringe on the vitality of a democratic civil society. Particular religious discourses or particular religious practices may be objectionable and susceptible to legal prohibition on some democratic or liberal ground, but not because they are “religious” per se.

_____. O porquê de um Estado Laico. In: Lorea, Roberto (org.). *Em defesa das liberdades laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 19-32.

BOHN, Simone. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, v. X, n. 2, Campinas, out. 2004, p. 288-338.

CASANOVA, Jose. Cosmopolitanism, the clash of civilizations and multiple modernities. *Current Sociology*, SAGE, 2011, 59: 252-267.

_____. Rethinking secularization: a global comparative perspective. In: *The hedgehog review: after secularization*. Spring & summer 2006. Volume eight, numbers one and two.

CERVellini, S.; GIANI, M.; PAVANELLI, P. *Economia, religião e voto: A questão do aborto na eleição presidencial de 2010*. IV Congresso Latino Americano da WAPOR. Belo Horizonte, Brasil, 2011.

DUARTE, Tatiane dos Santos. *A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro Editora, 1994.

_____. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese (doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

HERVIEU-LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. *Sociologia e Religião*. Abordagens Clássicas. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009a.

_____. O Estado laico e a religião. Folha de São Paulo, 18 de setembro, de 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1809200908.htm>>. Acesso em: 25/10/2013.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Evangelicals and Politics in Brazil: the case of Rio de Janeiro. *Religion, State & Society*, v. 40, n. 1, mar. 2012.

MARIANO, R.; PIERUCCI, F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. In: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996

MARIANO, Ricardo. *Noepentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, v. 2, 1999.

_____. *Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso*. Paper apresentado no 3º Congresso Virtual de Antropologia y Arqueologia, NAYA, em 2002. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponenciais/ricardo_mariano.htm>. Acesso em: 25/10/2013.

_____. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. *Revista Civitas*, v. 6, n. 2, Porto Alegre, jul-dez. 2006, p. 77-99.

_____. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: *Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea [recurso eletrônico] / org. Hermílio Santos. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. v. 1*

_____. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Revista Civitas*, v.11 n.2, Porto Alegre, maio-ago. 2011, p. 238-258.

MARIANO, R.; HOFF, M.; DANTAS, T. Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. *Debates do NER*, ano 7, n. 10, Porto Alegre, jul-dez. 2006, p. 65-78.

ORO, Ari Pedro. Políticos e religião no Rio Grande do Sul – Brasil. *Revista Horizontes Antropológicos*, ano 7, n. 15, Porto Alegre, jul. 2001.

_____. A política da Igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, São Paulo, out. 2003.

_____. A Laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. *Revista Civitas*, v.11, n.2, Porto Alegre, maio-ago. 2011, p. 221-237.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. In: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL Filho, Oswaldo (orgs.). *A ditadura em debate: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão*. São Paulo: Ed. Pergaminho, 1986.

TADVALD, Marcelo. Eleitos de Deus e pelo povo. Os evangélicos e as eleições federais de 2010. *Debates do NER*, ano 11, n. 18, Porto Alegre, jul-dez.2010, p. 83-109.